

ACÇÃO ACIDENTÁRIA — INTERESSE DE INCAPAZES — NECESSIDADE OU NÃO DA INTERVENÇÃO DO CURADOR DE INCAPAZES — PAPEL DO CURADOR DE ACIDENTES DO TRABALHO E DO CURADOR DE AUSENTES E INCAPAZES — ARTIGOS NS. 41 E 43 DA LEI COMPLEMENTAR N. 304, DE 1982, ATO N. 2/84 E AVISO N. 48/86-PGJ

HUGO NIGRO MAZZILLI
Promotor de Justiça — SP

SUMÁRIO DAS CORRENTES:

- 1.^a — Curador de Acidentes do Trabalho é fiscal da lei; Curador de Ausentes e Incapazes é defensor do incapaz: necessidade de dupla intervenção.
- 2.^a — Curador de Acidentes do Trabalho é defensor do obreiro; Curador de Ausentes e Incapazes é fiscal da lei: necessidade de dupla intervenção.
- 3.^a — Curador de Acidentes do Trabalho e Curador de Ausentes e Incapazes são ambos defensores dos hipossuficientes e incapazes: necessidade, porém, da dupla intervenção.
- 4.^a — Curador de Acidentes do Trabalho e Curador de Ausentes e Incapazes são ambos fiscais da lei: desnecessidade, pois, da dúplice intervenção.
- 5.^a — Curador de Acidentes do Trabalho e Curador de Ausentes e Incapazes são ambos defensores dos hipossuficientes e incapazes: desnecessidade, pois, da dúplice intervenção.
- 6.^a — Curador de Acidentes do Trabalho e Curador de Ausentes e Incapazes são ambos defensores dos hipossuficientes e incapazes: necessidade da dúplice intervenção só em casos excepcionais.

ANÁLISE DAS POSIÇÕES

1.^a corrente — Havendo interesses de incapazes na ação acidentária, é indispensável a intervenção simultânea do Curador de Acidentes do Trabalho, como fiscal da lei, e a do Curador de Incapazes, defensor do incapaz.

Doutrina e Jurisprudência: A.I. n. 189.992-1-SP, 2.^a Câ. 2.^o TACSP (rel. Juiz Batista Lopes), 192.321/6-SP, 6.^a Câ. TACSP (rel. Macedo Cerqueira) e A.I. n. 199.886/3-SP, 1.^a Câ. 2.^o TACSP

(rel. Juiz Fraga Teixeira) — o Curador de Acidentes do Trabalho é **custos legis** e o Curador de Ausentes e Incapazes é vinculado ao incapaz.

COMENTÁRIOS:

a) Tais acórdãos citam, em abono de sua posição, a lição de Cândido Rangel Dinamarco, no sentido de que o Curador de Incapazes é vinculado; olvidam, porém, que na mesma lição citada pelo acórdão, Dinamarco demonstra que o Curador de Acidentes do Trabalho também é vinculado ("Fundamentos do Processo Civil Moderno", n. 187, págs. 328 e 332, Ed. Revista dos Tribunais, 1986).

b) Esta posição, a nosso ver, está certa apenas na parte em que afirma ter o Curador de Ausentes e Incapazes função protetiva ao incapaz. Entretanto, não tem o mesmo acerto quando assevera ser o Curador de Acidentes do Trabalho um fiscal da lei. Realmente, há entendimento nesse sentido (cf. Antônio Raphael Silva Salvador, artigos em RT, 452/31; "Justitia", vol. 94, pág. 165, vol. 116, pág. 63; Jorge Luiz de Almeida, RT, 462/286; RF, 246/311 e "Justitia", vol. 88, págs. 239 e 473). Contudo, tal solução, além de não atentar para a defesa do hipossuficiente como primordial finalidade interventiva ministerial nas ações acidentárias, ainda, seguida a rigor, permitiria ao **custos legis** recorrer até contra o obreiro ou seus dependentes, o que não se admite (RT, 571/141, 568/120, 569/135; "Justitia", vol. 128, pág. 168; contra seu papel de puro **custos legis**, v. artigo 157 do Ato n. 2/85-PGJ/CSMP/CGMP). Ademais, leva a um contra-senso: a admitir que o Curador Acidentário, posto intervenha no feito pela qualidade da parte, possa ser fiscal da lei, por identidade de razão também se poderá sustentar que o Curador de Incapazes também poderia comportar-se como fiscal da lei (cf. RT, 464/272-STF; cf. José Fernando da Silva Lopes, "O Ministério Público e o processo civil", pág. 51, Ed. Saraiva, 1976; Antônio Raphael S. Salvador, "Justitia", vol. 93, pág. 166; vol. 94, pág. 165). Assim, também por isso, chegaríamos à superfetação de dois Curadores com a mesma função.

2.^a corrente — Havendo interesses de incapazes na ação acidentária, é indispensável a intervenção simultânea do Curador de Acidentes do Trabalho, como defensor do acidentado ou seus dependentes, e do Curador de Incapazes, este fiscal da lei.

Doutrina e Jurisprudência — "A participação da Curadoria de Acidentes do Trabalho que patrocina, no caso, os interesses dos beneficiários do falecido obreiro, não afasta a necessária intervenção da Curadoria de Ausentes e Incapazes. É que a primeira está defendendo direitos dos autores, e a segunda exerce a missão de **custos legis**". (Ap. Sum. n. 188.028/6-SP — 7.^a Câ. 2.^o TACSP, j. 2-9-86, rel. Juiz Gildo dos Santos.)

Comentários — Esta posição é exatamente o contrário da primeira, também pecando por não vislumbrar o papel identicamente protetivo de ambas as curadorias. Embora também exija a duplicidade de Curadorias, para esta posição o motivo é o oposto, ou seja, enquanto diz que o Curador de Acidentes do Trabalho é vinculado ao obreiro, afirma que o Curador de Incapazes é puro **custos legis**. Levado às suas últimas consequências, este posicionamento tem os mesmos inconvenientes do primeiro, ou seja, permitiria que o Curador de Incapazes, a pretexto de ser fiscal da lei, pudesse voltar-se contra os próprios incapazes, intervindo e até recorrendo contra eles — quando, na verdade, foi justamente o zelo pela sua hipossuficiência que justificou sua intervenção.

3.^a corrente — Havendo interesses de incapazes na ação acidentária, é indispensável a intervenção simultânea do Curador de Acidentes do Trabalho e do Curador de Incapazes, ambos em função protetiva, o primeiro dos acidentados e o segundo dos incapazes — ainda que suas funções coincidam.

Doutrina e Jurisprudência — Irineu Antônio Pedrotti sustenta que o Curador de Acidentes do Trabalho é vinculado à defesa do hipossuficiente e que o Curador de Ausentes e Incapazes atua na proteção do interesse concreto dos incapazes. Não obstante, entende haver necessidade da dúlice intervenção, à vista da LC estadual n. 304, de 1982. ("Comentários às leis de acidentes do trabalho", v. 2, pág. 420, Ed. Univ. de Direito, 1986). Para essa posição, embora as duas Curadorias sejam protetivas (a primeira zelaria pelos interesses dos acidentados e a segunda pelos dos incapazes), a atuação de ambas deve somar-se na ação acidentária onde haja interesses de incapazes (A.I. n. 209.195-9-SP — 5.^a Câ. 2.^o TACSP, j. 24-7-87, rel. Sebastião Amorim).

Comentários — Examinando a natureza e a finalidade interventiva do Ministério Público, quando oficia nas ações em que haja interesses de acidentados ou de incapazes, verifica-se que a melhor posição é, realmente, a de que sua função é nitidamente protetiva. Contudo, esta corrente, longe de convencer da sua tese, reforça a existência do **bis in idem** na intervenção dúlice, que, aliás, incorre nas comarcas do interior, sem gerar nenhuma nulidade (nessas ações oficia normalmente um só "curador geral").

4.^a corrente — Havendo interesses de incapazes na ação acidentária, é dispensável a intervenção simultânea do Curador de Acidentes do Trabalho e do Curador de Incapazes, pois ambos têm a mesma função de fiscal da lei e o papel do primeiro Curador especializado supre a intervenção do segundo.

Observação — Curador de Ausentes e Incapazes e Curador de Acidentes do Trabalho são ambos fiscais da lei, podendo opinar livremente, por isso que há inútil duplicidade de atuarem lado a lado no mesmo feito quando existam interesses de incapazes no pólo ativo da ação acidentária (Parecer do Procurador de Justiça Gil de Almeida no A.I. n. 189.992/1-SP e A.I. n. 200.468/5-SP).

Esta posição, que até já seguimos anteriormente (cf. "Manual do Promotor de Justiça", pág. 48, Ed. Saraiva, 1987), hoje a abandonamos, porque não corresponde ao verdadeiro escopo da intervenção ministerial pela qualidade da parte, ou seja, a defesa de interesse ligado não a uma relação jurídica abstrata (caso em que o Ministério Público age como puro fiscal da lei, v.g., na ação de nulidade de casamento), mas sim a pessoas determinadas (caso em que o órgão ministerial age protetivamente, zelando por alguma forma de indisponibilidade ou suprimindo deficiências ou hipossuficiência).

5.ª corrente — Havendo interesses de incapazes na ação acidentária, é dispensável a intervenção simultânea do Curador de Acidentes do Trabalho e do Curador de Incapazes, ambos em função protetiva, pois que a intervenção do Curador especializado supre a intervenção do segundo.

Jurisprudência e Doutrina — Ap. 163.828-SP, j. 27-12-83, v.u., rel. Camargo da Fonseca, 2.º TACSP; Laerte José de Castro Sampaio, "Curadoria das Vítimas de Acidentes do Trabalho", pág. 5, ed. PGJ/APMP, 1981; Hugo Nigro Mazzilli, "Manual do Promotor de Justiça", pág. 47 e segs. 54-55, Ed. Saraiva, 1987; José Roberto dos Santos Bedaque, parecer no Pt. n. 13.031/86-MP. Com efeito, o Curador de Acidentes do Trabalho não é um verdadeiro fiscal da lei e sim tem função protetiva do hipossuficiente (Araújo Cintra, Grinover & Dinamarco, "Teoria Geral do Processo", pág. 175, RT, 1975; Cândido Rangel Dinamarco, "Fundamentos do Processo Civil Moderno", n. 187, págs. 328 e 332, Ed. Revista dos Tribunais, 1986), tanto que não pode recorrer contra este (Ap. n. 125.317-Santos, rel. Olavo Zampol, publ. "Justitia", vol. 140, pág. 187). No mesmo sentido: RT, 571/141, 568/120 e 569/135; "Justitia", vol. 128, pág. 168.

Precedentes institucionais — Na atual posição oficial da Procuradoria Geral de Justiça, o papel do Curador de Acidentes do Trabalho é nitidamente protetivo do hipossuficiente (obreiro ou seus sucessores), o que bem se afere de seu papel destinado a orientá-los (artigos 147 do Ato n. 2/84-PGJ/CSMP/CGMP — Manual de Atuação Funcional dos membros do Ministério Público) e da inadmissibilidade de recorrer contra eles — o que não se compreenderia se realmente fosse puro fiscal da lei (artigo 157 do Manual). Por isso, no Aviso n. 48/86-PGJ (publicado no D.O.E., Seção

I, 12-3-86, pág. 13), preparado pelo ex-Assessor, atual Procurador de Justiça Doutor Antônio Carlos Marcato, ficou esclarecido papel protetivo do Curador de Acidentes do Trabalho; no mesmo sentido, v. solução do Conflito de atribuições no proc. n. 1.262/78 — 4.ª V.A.T. Capital (Pt. n. 13.031/86-MP, despacho do ex-Procurador Geral Dr. Paulo Salvador Frontini, reconsiderando solução contrária, constante de conflito anterior — Pt. 2.127/85-PGJ).

COMENTÁRIOS:

a) Assim como ocorre com o Curador de Acidentes do Trabalho, o Curador de Ausentes e Incapazes também tem função protetiva a pessoas que denotem algum tipo de hipossuficiência, mas só exerce seus misteres nos feitos onde não haja, pelo princípio da especialização, algum outro Curador para zelar pelos mesmos interesses. Assim, nas Varas de Família e Sucessões, já incumbia ao Curador de Família e Sucessões, mesmo antes da Lei Complementar n. 304, de 1982, zelar pelos interesses de incapazes, exceto, evidentemente, quando isso lhe fosse incompatível — ressalva que agora consta de texto expresso de lei (artigo 38, inciso XVII, do Decreto-lei Complementar n. 9, de 1969 e artigo 44, inciso XVIII, da LC atual). É o que ocorre nas habilitações matrimoniais, onde o próprio Curador de Casamentos zela pelos interesses dos contraentes menores; é ainda o que se dá nas Varas de Menores, onde só funciona o Curador de Menores e não este par a par com o Curador de Ausentes e Incapazes.

b) Ora, se o Curador de Acidentes do Trabalho é vinculado ao obreiro — JTASP — Saraiva — 79/239, 78/123, 76/167. — Jurisprudência: "Nas ações acidentárias, o órgão do Ministério Público não atua como fiscal da lei, mas, sim, na estrita defesa dos direitos do hipossuficiente. Assim, não se concebe a sua intervenção contra os interesses do acidentado" (Ap. Sum. 141.518, 8.ª Câmara do 2.º TACSP, j. 13-10-82).

c) É verdade que a Lei Complementar n. 304, de 1982 prevê a intervenção do Curador de Ausentes e Incapazes nas causas em que houver interesses destes últimos (artigo 41, II). Contudo, não é essa lei que confere legitimidade *ad causam* ao Ministério Público (RT, 560/101). No que diz respeito às funções ministeriais, apenas busca distribuir as atribuições que as leis federais conferem ao Ministério Público. Assim, o artigo 82, inciso I, do CPC, exige a presença do "Ministério Público" nas causas onde haja interesses de incapazes; ora, nas ações acidentárias, já está presente o Ministério Público, pela sua Curadoria especializada (a acidentária), zelando pelos interesses dos incapazes (Ap. 204.116/4, 1.ª Câmara do 2.º TACSP, j. 30-9-87; Ap. 156.688-SP, 5.ª Câmara do 2.º TAC, rel. Juiz Isidoro Carmona).

d) — Outrossim, intimado o órgão ministerial a intervir, é lícito recusar-se a fazê-lo, quando entender descabido (A.I. n. 199.370-0-SP, 8.ª Câmara, 2.º TACSP, v.u., rel. Freitas Camargo; A.I. n. 199.369-8-SP, 7.ª Câmara, 2.º TACSP, m.v., rel. Boris Kauffmann), sem risco de nulidades. Com efeito, aspecto que convém abordar, consiste nas consequências processuais da recusa do Curador de Ausentes e Incapazes de intervir nos feitos acidentários.

Não se alegue eventual nulidade, em face de dita recusa do órgão ministerial à intervenção no feito, porque, intimado este, ainda que não officie, obvia-se qualquer nulidade (artigos 84 e 246 do CPC; cf. Tornaghi, "Comentários ao Código de Processo Civil", artigo 84, v. I, Ed. Revista dos Tribunais, 1976; Pontes de Miranda, "Comentários ao Código de Processo Civil", v. XVI, pág. 19, ed. Forense, 1977; RT, 572/53; RTJ, 110/310-STF, v.g.).

e) Evita-se uma duplicidade inútil, onerosa para a Instituição, pois o Ministério Público já está presente nas ações acidentárias, pela sua Curadoria especializada, devendo zelar devidamente pelos interesses dos obreiros e seus dependentes, com muito mais razão até se forem incapazes.

6.ª corrente — Havendo interesses de incapazes na ação acidentária, em regra é dispensável a intervenção simultânea do Curador de Acidentes do Trabalho e do Curador de Incapazes, pois a função protetiva do primeiro Curador especializado supre a intervenção do segundo. Assim, só em casos excepcionais se justificará a intervenção simultânea das Curadorias.

Jurisprudência — Na ação acidentária, se falece o obreiro, vindo a habilitarem-se sucessores menores, basta a intervenção do Curador de Acidentes do Trabalho: "desnecessária, assim, a participação, também, do Doutor Promotor de Justiça Curador de Ausentes e Incapazes, porque à luz do disposto no artigo 43 da Lei Complementar n. 304, de 28 de dezembro de 1982, aquele (o Curador de Acidentes do Trabalho), ao velar pela aplicação da Lei dos interesses do acidentado, o faz, também, quando se opera mutação subjetiva deste pelos seus sucessores, a menos que haja conflitância de interesses, o que não se noticia. O relevante à intervenção ministerial, o que não se nega ocorrente". (Ap. sem revisão n. 204.116/4, SP, 1.ª Câmara do 2.º TACSP, rel. Juiz Franklin Neiva; no mesmo sentido, cf. Ap. 156.688-SP, 5.ª Câmara, 2.º TAC, rel. Juiz Isidoro Carmona).

Observação — É a atual posição institucional, contida no Aviso n. 48/86, (D.O.E., seção I, 12-3-86, pág. 13);

"1.º — As Curadorias de Acidentes do Trabalho intervirão nos feitos acidentários em razão da qualidade da parte envolvida no pólo ativo da relação processual.

2.º — As Curadorias de Acidentes do Trabalho oficialarão, na execução do julgado, vinculadas aos interesses do acidentado.

3.º — Deverá intervir no feito acidentário, sem prejuízo da atuação da Curadoria de Acidentes do Trabalho, também a Curadoria Judicial de Ausentes e Incapazes, em prol dos incapazes que figurem no processo, sempre que a primeira Curadoria demonstrar, fundamentadamente, a necessidade de tal intervenção."

COMENTÁRIOS:

a) Não é solução pura, nem tecnicamente é a melhor.

b) Contudo, esta é uma posição moderada, que firma corretamente os princípios gerais de que a intervenção do Curador de Acidentes do Trabalho é protetiva ao obreiro ou seus dependentes (conclusões 1 e 2 do Aviso n. 48/86) e deixa para hipóteses excepcionais, justificadas em concreto, a intervenção simultânea do Curador de Ausentes e Incapazes (como, por exemplo, quando houver conflitância de interesses entre este e seu representante, a justificar um curador especial (Ap. 156.688-SP, 5.ª Câmara, 2.º TAC, rel. Juiz Isidoro Carmona; Ap. 204.116/4, 1.ª Câmara, 2.º TAC, rel. Franklin Neiva).